

Pôster

**PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO E PROGRAMA GOVERNO
ABERTO NA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES AQUIVÍSTICAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Priscila Freitas de Carvalho – UNIRIO
Regina de Barros Cianconi – UFF

Resumo

A presente pesquisa está sendo desenvolvida na linha de pesquisa Fluxos e Mediações Sócio-Técnicas da Informação, do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, da UFF, e se propõe a analisar os efeitos dos Programas de Governo Eletrônico e de Governo Aberto na gestão das informações arquivísticas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO. A disseminação das informações públicas está no epicentro das discussões sobre democratização e abertura de acervos nos dias atuais. Neste contexto, a universidade pública brasileira como instituição promotora do conhecimento acadêmico e científico produz informações relevantes e de interesse social. Diante deste cenário, a “publicização” das informações arquivísticas das universidades federais é um elemento essencial para garantir a transparência destas instituições na sociedade, e o atendimento às diretrizes dos Programas de Governo Eletrônico e Governo Aberto potencializam a promoção da transparência e a participação social para democratizar o acesso à informação e tornar esta instituição mais aberta e responsável. Porém, o grau de acesso à informação nas universidades é, em grande medida, influenciado pela gestão eficiente das informações que estão sob sua custódia. Dessa maneira, esta pesquisa visa analisar as estratégias relacionadas à gestão de documentos para alcançar melhorias nos serviços arquivísticos a partir da implantação dos Programas de Governo Eletrônico e de Governo Aberto na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Para o alcance destes objetivos será realizada pesquisa documental visando analisar os Planos de Desenvolvimento Institucional, entre outros documentos. Além da aplicação de questionários aos profissionais da informação e entrevistas aos gestores da UNIRIO.

Abstract

This is an ongoing study that proposes to analyze the e-Government and Open Government Programs effect in the records management at the Federal University of the State of Rio de Janeiro- UNIRIO. The dissemination of public information is at the epicenter of discussions on democratization and the openness of archives nowadays. In this context, the brazilian public university as an institution that promote the academic knowledge and produces scientific information of social relevance. In this scenario, the universities archival information "publicness" is an essential element to ensure the transparency of this institution in society. And the use of the guidelines of e-Government and Open Government Programs potentialize the promotion of transparency and social participation to democratize information access and provide accountability. However, the level of access to information in universities is largely influenced by the efficient information management. Thus, this research aims to analyze the strategies related to records management to achieve improvements at the Archival

Services at University of the State of Rio de Janeiro. To achieve these goals a document survey will be accomplished, besides questionnaires and interviews surveys. To the achievement of these goals a documentary research will be accomplished, besides the application of questionnaires to information professionals and interviews with UNIRIO managers.

1 INTRODUÇÃO

A disseminação das informações públicas está no epicentro das discussões sobre democratização e abertura de acervos nos dias atuais. A dinâmica social tem exigido dos cidadãos maior participação na vida pública do país.

Neste contexto, o acesso às informações governamentais se impõe como medida de ampliação da democratização na relação entre Estado e sociedade. O Estado visando responder às demandas por informação implementa programas para ampliar a comunicação do Governo com os cidadãos. Os programas de Governo Eletrônico e Governo Aberto estão entre eles, e têm por princípio a utilização das modernas tecnologias da informação, a promoção da transparência e a participação social para democratizar o acesso à informação e tornar os governos mais abertos e responsáveis.

Por outro lado, o acesso e disseminação da informação estão condicionados ao grau de gestão desta informação e ao seu potencial de acesso e uso.

No ambiente das instituições públicas, as informações arquivísticas produzidas nas universidades federais são um campo privilegiado de produção de conhecimento científico e técnico, além de ser prova das ações desta instituição, o que justifica sua disseminação para a sociedade.

Dessa maneira, é imprescindível que os serviços de arquivo das universidades analisem de forma estratégica o papel da gestão da informação arquivística na promoção do acesso à informação. A recente aprovação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) no Brasil retoma a discussão sobre a capacidade dos órgãos públicos em responder às demandas sociais por informação. As universidades federais estão incluídas nesta perspectiva, porém o histórico das instituições federais de ensino superior brasileiras em relação ao tratamento de suas informações não é animador.

A falta de políticas que norteiem a gestão de documentos nas universidades, ocasiona a proliferação de arquivos setoriais e leva ao desconhecimento, por parte dos arquivistas, da totalidade dos documentos produzidos.

Visando à compreensão da atual conjuntura da gestão das informações arquivísticas e do acesso à informação no contexto universitário, a presente pesquisa se

propõe a analisar os efeitos dos Programas de Governo Eletrônico e de Governo Aberto na gestão das informações arquivísticas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa é relevante à medida que pode despertar novos debates sobre os programas de Governo Eletrônico e de Governo Aberto como forma de democratização das informações das Instituições Federais de Ensino Superior para a sociedade.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar no Serviço de Arquivo (Arquivo Central) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, as iniciativas e práticas de gestão da informação arquivística para atender às diretrizes dos Programas de Governo Eletrônico e Governo Aberto.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar nos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro se o Arquivo Central tem sido identificado como um órgão estratégico para a promoção do acesso à informação, desde a implantação do Programa de Governo Eletrônico;
- b) Identificar os instrumentos de gestão de documentos desenvolvidos no âmbito do Arquivo Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e sua relação com as diretrizes dos Programas de Governo Eletrônico e Governo Aberto;
- c) Analisar em que medida os atores envolvidos na gestão dos documentos e na gestão acadêmica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro reconhecem a informação arquivística como insumo para atender às diretrizes dos Programas de Governo Eletrônico e Governo Aberto;
- d) Identificar as ações relativas à gestão de documentos visando a divulgação espontânea de informações arquivísticas governamentais à sociedade (transparência ativa) no sítio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, conforme preconiza os artigos 7 e 8 da Lei de Acesso à Informação brasileira;
- e) Investigar a existência e as ações de grupos de trabalho na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro responsáveis pela operacionalização das diretrizes dos Programas de Governo Eletrônico e de Governo Aberto.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Após treze anos da implantação do programa de Governo Eletrônico, que teve início no ano 2000, o governo brasileiro se vê frente a novos desafios. A expansão do acesso à internet, o reconhecimento da importância do acesso à informação pública como medida para aumentar o grau de transparência governamental, a pressão pela abertura de arquivos sensíveis, a aprovação da Lei de Acesso à Informação, são fatores que têm mudado a configuração da participação democrática no Brasil.

Diante deste quadro de rápidas mudanças, a informação se impõe como um recurso que deve ser gerenciado para responder às necessidades da sociedade e do governo. Castells (1995, p. 48) observa que a inovação nas tecnologias da informação "criou o potencial para existência de fluxos de informação bidirecional, tornando possível que a sociedade civil controle o Estado sobre princípios democráticos, sem paralisar necessariamente sua efetividade como agência de interesse público".

Contudo, a condição para a circulação dessa informação de forma a atender às demandas da sociedade depende não só de estruturas tecnológicas. A tecnologia é apenas uma das facetas de um complexo rizoma, constituído por questões políticas, de infraestrutura e atores diversos. Davenport (1998) corrobora tal visão, afirmando:

A abordagem comumente aceita para o gerenciamento de informações — investimento em novas tecnologias, e só — simplesmente não funciona. Os administradores precisam, na verdade, de uma perspectiva holística, que possa assimilar alterações repentinas no mundo dos negócios e adaptar-se às sempre mutantes realidades sociais (DAVENPORT, 1998, p. 12).

Os programas de governo que visam à aplicação de modernas tecnologias para a ampliação da democratização e transparência governamental estão nas agendas políticas mundiais há mais de três décadas. No Brasil, o Programa de Governo Eletrônico foi concebido no ano 2000 e tem como princípio a utilização das modernas tecnologias da informação e comunicação (TICs) para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais (MPOG, 2013).

A discussão sobre a ampliação da participação dos cidadãos na vida pública se intensifica e, no ano de 2011, surge um novo marco. A associação de oito países, entre eles o Brasil, apresenta oficialmente em 2011 a Parceria Governo Aberto que aprovou uma Declaração de Governo Aberto. Segundo o *Open Government Partnership* “o Governo Aberto está destinado a promover ações e medidas que visem ao incremento

da transparência e do acesso à informação pública, à melhoria na prestação de serviços públicos e ao fortalecimento da integridade pública” (CGU, 2013).

A presente pesquisa se concentra nas universidades federais que têm como característica a produção de conhecimento científico e tecnológico, essenciais para o progresso da sociedade. Estas Instituições são responsáveis pela geração de um conjunto rico de informações produzidas diariamente, que comprovam as ações das atividades de docentes, pesquisadores, discentes e técnicos administrativos. Sobre esta característica Martins e Figuerôa (2004, p. 4) destacam que “os documentos arquivísticos produzidos e acumulados refletem as atribuições da universidade relativas ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, ou seja, ao cumprimento de sua missão, nas diversas áreas do conhecimento em que atua”.

Diante deste quadro é inevitável que a gestão dos recursos de informação arquivística nas universidades seja repensada de maneira a atender a estas demandas cada vez mais exigentes. Bottino (2011, p. 25) ressalta que existe a necessidade da universidade “refletir sobre o confronto da vocação histórica e cultural dos arquivos universitários com a vocação administrativa, mudando o foco de suas preocupações para a gestão de documentos” (BOTTINO, 2011, p. 25). É, portanto, necessário que programas de gestão de documentos pensados no âmbito de uma política arquivística nas universidades sejam concebidos visando à possibilidade do uso dos recursos informacionais gerados como forma de efetivar o acesso à informação e a gestão participativa no âmbito das universidades federais. Jardim (1999) ainda, ao relacionar o acesso à informação, à gestão de documentos e a participação dos cidadãos na vida pública do país, ressalta que:

Há, dessa forma, uma relação profunda entre a gestão da informação arquivística como recurso e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado à sociedade civil. As possibilidades de acesso à informação governamental pelo administrador público e o cidadão encontram-se diretamente relacionadas com o conjunto de práticas desenvolvidas pela administração pública no decorrer desse ciclo informacional (JARDIM, 1999, p. 33).

No âmbito acadêmico, as iniciativas relacionadas à gestão de documentos para potencializar o uso das informações arquivísticas são imprescindíveis. E uma vez disponível, esta informação pode ser usada por maior quantidade de pessoas, e agregar valor, à medida que for atendendo às demandas de toda a comunidade universitária e dos cidadãos. Neste contexto, os Programas de Governo Eletrônico e Governo Aberto podem servir como potencializadores da disseminação das informações arquivísticas, incentivando a transparência ativa.

Como campo empírico da pesquisa, optou-se pela escolha da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pois a mesma possui desde o ano de 1990 um serviço de arquivo formalizado em sua estrutura organizacional, o que permitirá a análise das suas ações referentes à gestão de documentos desde o início da implantação do Programa de Governo Eletrônico até o presente.

A presente pesquisa avançou na etapa de levantamento bibliográfico. A próxima etapa será a coleta de dados, onde serão realizadas a análise documental e a aplicação de questionários aos profissionais da informação e entrevistas com os gestores da UNIRIO.

REFERÊNCIAS

BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. p. 23-35.

BRASIL. Lei n. 12527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal... **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, Edição Extra, p. 1-4.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Parceria para Governo Aberto – Princípios**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/PrevencaodaCorrupcao/CompromissosInternacionais/GovernoAberto/oquee/PrinciPios.asp>>. Acesso em 17 de abr. 2013.

DAVENPORT, T.. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EDUFF, 1999.

MARTINS, Neire do Rossio; FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça . Memória científica e tecnológica da Unicamp: projeto para gestão integrada de documentos científicos. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2004, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Universidade de Brasília; Associação Brasileira de Arquivologia, 2004. CD-Rom.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Histórico do Governo Eletrônico**. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/historico>>. Acesso em 27 maio 2013.